



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
EDITAL Nº 45, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

PROVA ESCRITA PARA O CARGO DE

ASSISTENTE SOCIAL

- Opção 201 -

INFORMAÇÕES AO CANDIDATO

1. Escreva seu nome e número de CPF, de forma legível, nos locais abaixo indicados.

NOME: _____ Nº. CPF: _____

2. Verifique se o CARGO e o CÓDIGO DE OPÇÃO, colocados acima, são os mesmos constantes da sua FOLHA RESPOSTA. Qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova cujo CARGO e o CÓDIGO DE OPÇÃO sejam iguais aos constantes da sua FOLHA RESPOSTA.**
3. A FOLHA RESPOSTA deve, obrigatoriamente, ser assinada. Essa FOLHA RESPOSTA **não** poderá ser substituída. Portanto, **não** a rasure nem a amasse.
4. DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas**, incluindo o tempo para o preenchimento da FOLHA RESPOSTA.
5. Na prova há 40 (quarenta) questões, sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa e 30 (trinta) questões de Conhecimentos Específicos, apresentadas no formato de múltipla escolha, com cinco alternativas, das quais **apenas uma** corresponde à resposta correta.
6. Na FOLHA RESPOSTA, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, por completo, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois, nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, telefone celular etc.), chapéu, boné (ou similares) e óculos escuros.
10. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não observância dessa exigência por parte do candidato acarretará a sua exclusão do concurso.
11. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com a FOLHA RESPOSTA, ao Fiscal de Sala.
12. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas identificações e assinaturas.

Texto 1

A história do racismo no futebol brasileiro

Em tempo de Copa do Mundo, tendo o Brasil como país sede em 2014, é sempre bom lembrar elementos da trajetória da nossa “paixão nacional”. E, para abordar o assunto, ninguém melhor do que Mário Rodrigues Filho, jornalista e escritor pernambucano, que viveu no Rio de Janeiro, trabalhou nos jornais *A Manhã*, *A Crítica* e *O Globo*, e depois dirigiu o *Jornal dos Sports* até a sua morte, em 1966.

A prática de racismo no futebol não é uma novidade no Brasil e Mário Filho tratou disso. Com *O Negro no Futebol Brasileiro*, livro publicado em 1947, o jornalista abordou um assunto incômodo para a época: o lento e doloroso ingresso de negros e mulatos no futebol brasileiro. Afinal de contas, até pouco tempo, nossa sociedade pregava, aqui e no exterior, que a nossa democracia racial era um exemplo para o mundo de convivência harmoniosa entre negros e brancos.

Inicialmente, no nosso “esporte nacional”, ainda não era comum jogar banana ou xingar um jogador negro de “macaco” nos campos de futebol. Naquela época, futebol era coisa de branco e rico. Introduzido no Brasil pelos ingleses, no futebol não se admitia mulato ou negro nos campos, e nas arquibancadas eles eram raridade. No Brasil, o futebol tinha um sentido aristocrático: era “coisa de bacana”.

Com a vitória da equipe brasileira no Campeonato Sul-Americano em 1919, a imprensa e alguns escritores, como Coelho Neto, passaram a dar grande destaque ao futebol, que entrou no gosto do povo. Em 1921, o então presidente Epietácio Pessoa “recomendou” que o Brasil não levasse jogadores negros à Argentina, onde se realizaria o Sul-Americano daquele ano. Era preciso, segundo ele, projetar no exterior uma “outra imagem” nossa, composta “pelo melhor de nossa sociedade”. Era a política do Estado brasileiro, em relação à sua população negra, alcançando o futebol.

Em seu livro, Mário Filho lembra, dentre outros fatos, o torneio do Natal entre as equipes de futebol do Rio de Janeiro e São Paulo. No dia 25 de dezembro de 1916, paulistas e cariocas disputaram um jogo de seleções em São Paulo. Como muitos brancos se recusaram a jogar no Natal, os cariocas completaram o time com negros e mulatos. No campo, uma derrota: 9 a 1. Após o jogo, os cariocas afirmaram que a seleção não representava o verdadeiro Rio. “A real possuía família e jamais deixaria seus parentes solitários numa noite de Natal. Só negros e mulatos eram capazes de agir dessa forma.”

Ao escrever um livro para abordar a trajetória dos negros e mulatos no futebol brasileiro, Mário Filho conhecia bem o campo em que estava pisando: o do racismo cínico e hipócrita que persiste até os dias de hoje e faz muitos estragos não só nos gramados, mas em toda a estrutura da nossa sociedade.

1. De acordo com o Texto 1, o assunto abordado por Mário Rodrigues Filho, no livro *O Negro no Futebol Brasileiro*, incomodou na época porque
 - a) comprovou a importância do negro no futebol brasileiro.
 - b) denunciou a recorrência de xingamentos a negros nos campos de futebol.
 - c) questionou a tese da existência de uma democracia racial no Brasil.
 - d) narrou fatos chocantes, como o de torcedores terem atirado bananas em jogadores negros.
 - e) apontou a supremacia do futebol inglês no Brasil.

2. Em “o então presidente Epitácio Pessoa ‘recomendou’ que o Brasil” (4º parágrafo), as aspas usadas na forma verbal “recomendou”
 - a) indicam fidelidade ao texto original.
 - b) expressam a ironia do autor.
 - c) sinalizam um conceito que o autor quis colocar em evidência.
 - d) marcam uma citação textual.
 - e) põem em destaque uma ideia.

3. De acordo com o Texto 1, a relação estabelecida entre as informações está **CORRETA** em:
 - a) A imprensa e alguns escritores passaram a dar mais destaque ao futebol devido ao fato de a equipe brasileira ter sido a vencedora no Campeonato Sul-Americano de 1919.
 - b) Os cariocas completaram o time com negros e mulatos; portanto, muitos brancos se recusaram a jogar no Natal.
 - c) Como os cariocas completaram o time com negros e mulatos, muitos brancos se recusaram a jogar no Natal.
 - d) O futebol entrou no gosto do povo e, assim, a equipe brasileira foi a vencedora no Campeonato Sul-Americano de 1919.
 - e) A imprensa e alguns escritores passaram a dar mais destaque ao futebol; assim, a equipe brasileira foi a vencedora no Campeonato Sul-Americano de 1919.

4. Observe os fragmentos abaixo registrados.
 - I. “Aqueles filhos que renegam essa herança são vistos como traidores”
 - II. “o grande prazer que essa atividade proporciona aos seu público.”
 - III. “o então presidente Epitácio Pessoa ‘recomendou’ que o Brasil”
 - IV. “os cariocas afirmaram que a seleção não representava o verdadeiro Rio.”
 - V. “a Conmebol lamenta que isso ainda aconteça”

Nos fragmentos acima transcritos, a palavra em destaque é um pronome anafórico (remete ao que foi dito) em

- a) II e IV.
- b) II e III.
- c) III e V.
- d) I e II.
- e) I e III.

5. Leia atentamente os enunciados abaixo, observando a concordância nominal.

- I. A violência nos campos de futebol cresce a olhos vistos.
- II. Os preconceituosos devem ficar o mais afastados possíveis dos campos de futebol.
- III. Os preconceituosos devem ficar o mais afastados possível dos campos de futebol.
- IV. O jogador negro e o mulato eram proibidos de entrar nos campos de futebol.
- V. Eram proibidos de entrar nos campos de futebol os jogadores negro e mulato.

Em relação à norma padrão da língua portuguesa, há **ERRO** quanto à concordância nominal em

- a) I e V.
- b) II e V.
- c) I e II.
- d) II.
- e) V.

6. O verbo assistir, com o sentido de “presenciar” ou “ver”, é – de acordo com a gramática normativa – transitivo indireto, seguido, portanto, da preposição “a”. Na charge abaixo, essa regra é transgredida pelo falante. Dentre as alternativas que seguem, assinale a opção que **NÃO APRESENTA** outro caso de transgressão à regência verbal preconizada pela norma padrão.



Miguel Paiva, *O Globo*, 3/6/2002.

- a) Há muito ele almeja ao cargo mais alto da empresa.
- b) Diante dos erros, em geral, os adultos perdoam às crianças.
- c) Todos sempre aspiram uma vida melhor.
- d) O atirador sempre visa ao alvo antes de efetuar o disparo.
- e) Todas as ações políticas deveriam visar o bem comum.

7. Sabe-se que é comum encontrarmos casos em que a concordância não é feita com a forma gramatical de uma palavra ou expressão presente em um texto, mas com a ideia ou o sentido subentendido nelas. Nisso consiste a concordância ideológica. Assinale a alternativa na qual consta um exemplo desse tipo de concordância.

- a) Todos os pacientes esperaram bastantes horas pelo médico.
- b) Eles se alistaram. Portanto, estão quites com as obrigações militares.
- c) Os estudantes lamentamos o falecimento do diretor que mais fez pela instituição.
- d) O peregrino andou longes caminhos.
- e) Aos documentos estão anexas as faturas.

Texto 2

Poema tirado de uma notícia de jornal

João Gostoso era carregador de feira livre e morava no morro da Babilônia num barracão sem número
Uma noite ele chegou no bar Vinte de Novembro
Bebeu
Cantou
Dançou
Depois se atirou na lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.

(BANDEIRA, Manuel. *Poema tirado de uma notícia de jornal*. Disponível em <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/manuelbandeira04.html>>. Acesso em 28 de mar. de 2014.)

8. A respeito do Texto 2, é **CORRETO** afirmar que
- possui a objetividade de uma notícia, já que se baseia em uma.
 - as imprecisões permitem perceber que, apesar de haver sido escrito a partir de uma notícia, ele não tem compromisso com a informatividade.
 - respeita a tentativa de exatidão característica da notícia, apontando locais e dados precisamente.
 - se trata de um poema que utiliza a tipologia expositiva para questionar o fazer poético.
 - assim como em uma notícia, ele traz o *lead* (lide), que transmite as principais informações, as quais respondem a perguntas como: “O quê? Quem? Quando? Onde?”.
9. No terceiro verso do poema, “Uma noite ele chegou **no** bar Vinte de Novembro”, percebe-se que há um desvio da norma padrão escrita no que diz respeito à regência do verbo “chegar”. Assinale a alternativa na qual a regência verbal também se desvia da norma.
- Ele se concentra e visa ao alvo todas as vezes em que participa da competição de tiro.
 - O professor informou o estudante da nota.
 - Finalmente, ele conseguiu pagar ao banco.
 - Elas se esqueceram do material a ser apresentado na reunião.
 - Nós sempre assistimos aos jogos juntos.

Texto 3

RECEITA DE OLHAR

nas primeiras horas da manhã
desamarre o olhar
deixe que se derrame
sobre todas as coisas belas
o mundo é sempre novo
e a terra dança e acorda
em acordes de sol

faça do seu olhar imensa caravela

(MURRAY, Roseana. *Receita de olhar*. São Paulo: FTD, 1997. p. 44.)

10. A partir da leitura do Texto 3, é **CORRETO** afirmar que

- I. a autora utiliza a tipologia injuntiva.
- II. apesar de tomar uma receita como base, o texto não tem um objetivo pragmático.
- III. pelo fato de tentar ser uma receita, o Texto 3 tem o objetivo prático de instruir o leitor sobre o modo como se deve fazer algo.
- IV. “Receita de Olhar” descreve, com detalhes, como são as coisas do universo e convida o leitor a enxergá-las de modo diferente.
- V. esse texto constrói sua argumentação sobre a necessidade de o leitor perceber que faz diferença olhar a vida de outro modo, menos automatizado.

Está(ão) **CORRETA**(s) apenas:

- a) II e IV.
- b) II.
- c) I e III.
- d) I e II.
- e) I e V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Tendo em vista os princípios fundamentais contidos no Código de Ética do/a Assistente Social analise as assertivas e assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, no processo de fiscalização das ações do Estado.
- b) Defesa do aprofundamento da democracia, através da formação de lideranças para atuarem na participação política da riqueza socialmente produzida.
- c) Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.
- d) Posicionamento em favor da equidade e justiça política, que assegure universalidade de acesso ao consumo, produtos, bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, políticas e econômicas.
- e) Garantia do ecletismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.

12. A Política de Assistência Social (2004) sinaliza para a importância da modernização administrativa que, juntamente às ações dos/as que perfazem a Política de Assistência Social, devem favorecer a construção de ferramentas informacionais. Sendo assim, “(...) a preocupação com o processo de democratização da política e com a prática radical do controle social da administração pública (...)” é componente básico do/a:

- a) Novo parâmetro de produção, tratamento e disseminação da informação pública.
- b) Estado democrático de Direito.
- c) Mecanismo de regulamentação orçamentária.
- d) Município.
- e) Maximização de indicadores de impacto

13. No caso em que um/a Assistente Social é removido/a por ter defendido questão relacionada aos princípios fundamentais do Código de Ética, podemos afirmar que outro/a Assistente Social não deverá assumir a função tendo em vista que é vedado ao/à Assistente Social
- praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais.
 - substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência.
 - pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega.
 - abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos.
 - praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais.
14. De acordo com o Sistema Único de Assistência Social e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, analise as assertivas e assinale a alternativa **CORRETA**.
- O **Serviço de Proteção Básica** tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
 - A **Proteção Social de Assistência Social** possui como princípios os seguintes elementos: a matricialidade sociofamiliar, a territorialização, da proteção social, a integração à seguridade social e a integração às políticas sociais e econômicas.
 - O **Serviço de Acolhimento** faz parte do Serviço de Proteção de Média Complexidade e tem apenas abrangência municipal. Visa oferecer acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a família e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados.
 - O **Serviço de Proteção Especial de Média Complexidade** oferece atendimento especializado para famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade, com direitos violados e com vínculos que possam estar fragilizados ou ameaçados.
 - O **Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade** oferece atendimento para famílias e indivíduos que se encontram em situações que se caracterizam como abandono, ameaça ou violação de direitos, portanto, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem.

Estão **CORRETAS** apenas as assertivas:

- I, II e V.
- I, III e IV.
- II, III e V.
- I, IV e V.
- II, III IV e V.

15. Para RAICHELIS (2010, p. 768) a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) aponta para um conjunto de limites e desafios, ao mesmo tempo sinaliza, também, a abertura de um campo “(...) de novas possibilidades, tensas e contraditórias, ao trabalho profissional dos assistentes sociais”. Sendo assim, é **CORRETO** afirmar que
- os CRAS e CREAS criam uma oportunidade inédita de qualificação e articulação dos serviços, programas, projetos e benefícios voltados para o atendimento das necessidades profissionais do/a Assistente Social.
 - a implantação do SUAS dá invisibilidade aos limites do trabalho assalariado dos assistentes sociais no campo das políticas públicas.
 - os/as profissionais necessitam inovar e exigir estratégias políticas específicas de cada profissão para evitar o enfrentamento dos constrangimentos a que são submetidos na relação com os empregadores e dirigentes institucionais.
 - os avanços do Serviço Social brasileiro e a direção ético política da profissão apoiam, contudo, a adoção de abordagens conservadoras, autoritárias ou disciplinadoras, que individualizam, moralizam ou patologizam/terapeutizam a questão social, culpabilizando ou criminalizando as famílias e indivíduos pela sua condição de pobreza.
 - o SUAS pressupõe um Estado que deve recuperar a capacidade de direção política e reconstruir as bases de legitimidade social junto à população, o que significa recusar qualquer padrão minimalista para seu funcionamento.
16. Yolanda Guerra (2009) cita algumas competências da capacidade investigativa que o Serviço Social possui. Afirma a autora que se trata de competências relacionadas com o ato de investigar. Neste sentido o/a Assistente Social deverá ser capaz de:
- Identificar as desigualdades sociais; realizar seleção de estagiários/as; efetivar direitos.
 - Atender famílias no CRAS; realizar pesquisas nas comunidades; elaborar artigos científicos e/ou relatórios.
 - Identificar as demandas presentes na sociedade; realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais; identificar recursos.
 - Realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais; identificar recursos; elaborar artigos científicos e/ou relatórios.
 - Formular políticas e ações profissionais; realizar visitas; conhecer as lideranças comunitárias.
17. “A utilidade social de uma profissão advém das necessidades sociais. Numa ordem social constituída de duas classes fundamentais (que se dividem em camadas ou segmentos), tais necessidades, vinculadas ao capital e/ou ao trabalho, são não apenas diferentes, mas antagônicas.” (GUERRA, 2009). Com isso, a autora quer dizer que
- a utilidade social da profissão está em não responder às demandas das classes subalternas.
 - a utilidade social do Serviço Social está em lutar pelo espaço profissional do/a Assistente Social.
 - o Serviço Social é fundamental tendo em vista que é um importante sujeito que medeia conflitos.
 - a dimensão econômico-política é constituídas através de procedimentos técnicos e operativos.
 - a utilidade social da profissão está em responder às necessidades das classes sociais.

18. A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) define a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, legitimando as demandas dos/as usuários/as e o espaço de ampliação de seu protagonismo. Sendo assim, é **CORRETO** afirmar que a proteção social deve garantir

- I. segurança de sobrevivência (de rendimento e autonomia).
- II. a acolhida das seguranças primordiais na Política de Assistência Social.
- III. a acolhida do/a usuário/a.
- IV. o convívio ou vivência familiar.
- V. supremacia no atendimento das exigências do mercado.

Estão **CORRETOS** apenas os itens:

- a) II, III, IV e V.
- b) I, III e V.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e V.
- e) I, II, III e IV.

19. O Serviço Social, no campo da educação, parece estar em processo de formulação teórico-político. Atualmente o debate realizado por profissionais do Brasil inteiro, através do CFESS, reflete sobre algumas particularidades do trabalho do/a Assistente Social e pontua alguns focos de atuação. Sobre o tema, analise os itens abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. Garantia do acesso da população à educação formal.
- II. Garantia da permanência da população nas instituições de educação formal.
- III. Garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional.
- IV. Garantia da gestão democrática e participativa na política de educação.
- V. Garantia da inserção dos/as docentes nos projetos de permanência.

Estão **CORRETOS** apenas os itens:

- a) I, II, III e V.
- b) I, II, III e IV.
- c) II, III, IV e V.
- d) I, II, IV e V.
- e) I, III e IV.

20. Segundo o documento elaborado pelo CFESS (2011) acerca da Educação afirma-se a “(...) necessidade de identificar e propor alternativas de enfrentamento às condições sociais, econômicas, aos fatores culturais, às relações sociais marcadas por diferentes formas de opressão que interferem nos processos educacionais, na efetivação da educação como um direito e elemento importante na formação dos sujeitos para o exercício da cidadania”. Ao afirmar isto, o CFESS considera ser necessário(a).

- a) a institucionalização do Serviço Social na educação.
- b) a necessidade de trabalhar com a questão social e sua operacionalização.
- c) a análise da política de educação e o sucateamento de seus projetos.
- d) o desenvolvimento da capacidade ético-política do Serviço Social na Política de Assistência Social.
- e) o incentivo à inserção da escola na comunidade.

21. No campo da saúde mental, o Serviço Social compartilha, através de seus princípios éticos e políticos, do processo de luta pela reforma psiquiátrica. Sendo assim, adere às reivindicações que visam
- construir equipamentos que possam acolher o/a paciente, priorizando a importância de garantir um processo constante de medicalização.
 - tratar os/as doentes mentais através dos equipamentos públicos, tendo em vista a importância dos hospitais psiquiátricos.
 - construir um novo olhar e novo espaço social para a loucura, questionando e transformando as práticas da psiquiatria tradicional e das demais instituições da sociedade.
 - melhorar o atendimento nos hospitais psiquiátricos, apoiando as práticas da psiquiatria tradicional.
 - construir políticas de tratamento humanizado, pensando na necessidade e importância do isolamento das pessoas, para garantir a saúde de sua família.
22. Heleieth Saffioti é uma teórica feminista que trouxe elementos importantes para uma “leitura” crítica sobre as relações de gênero no Brasil. Em seu texto “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero” (2001), a autora analisa a violência como uma construção. Neste caso, é **CORRETO** afirmar que
- a força da ordem masculina pode ser afetada pelo fato de que ela precisa de justificação, por isto naturaliza-se.
 - as mulheres, como categoria social, não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens.
 - a violência de gênero acontece, na sua totalidade, quando a mulher pede separação.
 - a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social “homens” não exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência.
 - violência de gênero é um conceito amplo, abrange mulheres, crianças e adolescentes do sexo feminino.
23. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 07/08/2006) tem como objetivo coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Com base na Lei 11.340/2006, é **CORRETO** afirmar que
- a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, exceto os serviços de contracepção de emergência.
 - serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao aborto, à cidadania, à liberdade, à dignidade e à convivência familiar e comunitária.
 - a violência patrimonial é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, bem como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria no seu ambiente social e de trabalho.
 - os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.
 - é permitida a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

24. Segundo o Ministério da Saúde (2005), “Embora as residências terapêuticas se configurem como equipamentos da saúde, estas casas, implantadas na cidade, devem ser capazes de (...)” garantir
- a) o direito à moradia das pessoas que vivem em hospitais psiquiátricos.
 - b) o direito à moradia da equipe médica.
 - c) o direito à moradia das pessoas egressas de hospitais psiquiátricos.
 - d) o apoio à pessoa cuidadora quando esta for designada para apoiar os moradores.
 - e) o apoio às famílias nas tarefas do cuidado, dilemas e conflitos cotidianos.
25. “A escola, como lugar legítimo de aprendizagem, produção e reconstrução de conhecimento, cada vez mais precisará acompanhar as transformações da ciência contemporânea, adotar e, simultaneamente, apoiar as exigências interdisciplinares que hoje participam da construção de novos conhecimentos. A escola precisará acompanhar o ritmo das mudanças que se operam em todos os segmentos que compõem a sociedade” (THIESEN, 2008, p. 508). Acerca dessa sua reflexão, é **CORRETO** afirmar que se torna necessário
- a) estruturar currículos adaptados às exigências do mercado.
 - b) definir a questão social da comunidade escolar.
 - c) construir experiências interdisciplinares nas escolas.
 - d) coibir a violência no âmbito da escola.
 - e) apoiar os eventos das comunidades vizinhas.
26. A Constituição Federal de 1988 é fruto de intensa mobilização social com o objetivo de garantir a consolidação da democracia e direitos sociais para a população brasileira. A Carta Magna ficou conhecida como Constituição Cidadã, assim alcunhada pelo deputado federal Ulisses Guimarães. Uma das características da Constituição foi abrir espaço para a participação da população na formulação da política pública, conforme reza o artigo 204, inciso II, que diz “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.”

A garantia constitucional da participação da população na formulação e no controle das ações em todos os níveis, de que trata o artigo 204 da Carta Constitucional de 1988, significa

- a) uma concessão que os parlamentares constituintes fizeram para atender as pressões populares, mas que nunca conseguirá ser implementada diante do despreparo técnico das suas organizações representativas da população.
- b) um retrocesso no campo da administração pública porque as organizações representativas não possuem o conhecimento técnico e orçamentário e suas decisões podem levar as políticas públicas ao fracasso.
- c) um avanço no campo da participação social porque as organizações representativas passam a decidir sozinhas sobre as políticas públicas e o governo fica apenas com a responsabilidade de executar tais políticas e fazer o controle da execução.
- d) uma limitação das políticas públicas, elaboradas com a participação social, em virtude da visão imediatista da população no processo de elaboração das políticas.
- e) um avanço para a democracia, porque o governo deixa de decidir sozinho sobre as políticas públicas, ao mesmo tempo em que as organizações representativas da população poderão elaborar propostas e exercer o controle sobre a execução dessas políticas.

27. A Assistência Social tem galgado avanços significativos, principalmente após a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2004. A PNAS exigiu um novo instrumento de regulação dos seus conteúdos e das suas definições e, após quase um ano de sua aprovação, o CNAS em julho de 2005 estabelece as bases de realização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). De acordo com a Lei Federal (12.435 de 2011), integram o Sistema Único de Assistência Social
- os conselhos de direitos da criança e do adolescente, as organizações de assistência social e as prefeituras.
 - os entes federativos, os conselhos de assistência social e as entidades e organizações de assistência social.
 - os Centros de Referência da Assistência Social, os Centros Especializados de Assistência Social e os Conselhos de Assistência Social.
 - os entes federativos, os conselhos das pessoas com deficiência e as entidades e organizações representativas das pessoas idosas.
 - os conselhos de assistência social, os conselhos das pessoas com deficiência, os conselhos de direitos da criança e do adolescente e os conselhos das pessoas idosas.
28. Uma nova Lei Federal (12.435 de 2011) alterou a Lei Orgânica da Assistência Social para adequá-la às resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social, reforçando os tipos de proteção que organiza a política de Assistência Social e definindo as unidades de atendimento dessa política, respectivamente em seus artigos 2º, 6º A e 6º C. Sobre as unidades públicas de assistência social, a nova Lei define que as proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas
- pelo Conselho de Assistência Social, pelas Casas de Acolhimento de Pessoas Idosas e pelas entidades de atendimento à criança e ao adolescente.
 - pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social.
 - pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pela Secretaria de Direitos Humanos.
 - pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pelos institutos e fundações com fins econômicos de assistência social.
 - pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pelos Conselhos de Assistência Social.
29. A Lei Orgânica da Assistência Social, alterada pela Lei Federal (12.435 de 2011), define as competências do Conselho Nacional de Assistência Social, sendo uma delas
- a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, proposta pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional.
 - a execução da Política Nacional de Assistência Social juntamente com o órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação nacional da política.
 - a realização das Conferências Estaduais de Assistência Social, com o apoio dos Conselhos de Assistência Social locais.
 - a aprovação da Política Nacional de Assistência Social proposta pelo próprio Conselho Nacional de Assistência Social.
 - a aprovação de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para as ações do Conselho Nacional da Pessoa Idosa.

30. A Política de Assistência Social é promotora de ações que visam à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. Para fins de sua organização, a Política de Assistência Social possui três diretrizes. Constitui uma das diretrizes dessa política
- a) a descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera estadual.
 - b) a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
 - c) a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
 - d) a participação da população, através de organizações representativas dos trabalhadores da assistência social, na formulação da política de seguridade social.
 - e) a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
31. O Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFESS N.271, de 13 de março de 1993), quando trata dos direitos do Assistente Social em seu Artigo 12, afirma como um dos direitos desses profissionais (b) “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações vinculadas à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. A participação de que trata o artigo implica que
- a) o/a Assistente Social pode apoiar qualquer movimento social guiado por seus valores morais, estando livre para exercer essa atividade, por exemplo, junto aos movimentos contrários à ampliação dos direitos da população LGBT.
 - b) apoiar movimentos sociais e organizações populares é considerada um atividade do profissional, mas só poderá ser exercida com o consentimento dos superiores hierárquicos do/a Assistente Social.
 - c) mesmo sendo considerada uma atividade profissional, apoiar movimentos sociais e organizações, sem a adesão dos empregadores, pode levar à demissão do/a Assistente Social por justa causa.
 - d) o/a Assistente Social pode apoiar movimentos sociais e organizações vinculadas à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania, mesmo que seus empregadores não concordem com essa atividade profissional.
 - e) o/a Assistente Social não pode apoiar aleatoriamente qualquer movimento social, só aqueles que estão relacionados com sua atuação profissional e contam com o apoio do seu empregador.
32. A Política Nacional de Assistência Social (2004) reafirma as bases para a relação entre o Estado e a Sociedade Civil no que diz respeito à assistência social. Nessa relação, a sociedade civil participa da política de assistência social
- a) como parceira do conselho de assistência social, para aprovar as propostas oriundas das entidades de assistência social beneficiadas pelo fundo público.
 - b) como parceira, responsável pela gestão do fundo da assistência social em todos os níveis de governo.
 - c) como responsável pela primazia da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social, com o uso dos recursos públicos.
 - d) como parceira dos fóruns populares, para mediar as questões do governo junto aos fóruns e ao conselho de assistência social.
 - e) como parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social e exercendo o controle social sobre a política.

33. Para o alcance dos objetivos das políticas públicas, é importante o planejamento das ações que vão impulsionar tais políticas. Uma das dificuldades encontradas pelo gestor público é a confusão que se faz entre o que seja um programa e o que seja um projeto. A diferença entre programa e projeto reside no fato
- do programa ser um documento mais geral, que engloba estudos e diagnósticos das situações que a política deve intervir, enquanto o projeto agrega diferentes planos.
 - do programa abranger um conjunto de projetos para o alcance da política pública, enquanto o projeto possui um maior detalhamento das operações a serem executadas.
 - do programa ser desenvolvido a partir do processo do planejamento estratégico, enquanto o projeto depende do resultado da execução da política pública.
 - do programa compor um plano que expressa os objetivos e estratégias da política pública, enquanto o projeto possui um grande nível de abrangência.
 - do programa ser parte constitutiva do projeto e por isso ser difícil desagregá-los no planejamento das ações da política pública.
34. O debate sobre a “nova questão social” tem entre seus críticos José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006). Esses autores defendem que não existe uma nova questão social porque
- ela continua determinada pela lei geral da acumulação capitalista e no marco do modo de produção capitalista, cuja essência não foi alterada.
 - não houve aumento do nível de desemprego e as políticas sociais seguem atendendo as demandas da população pobre.
 - o modo de produção capitalista passa, em sua essência, por uma nova fase de modernização.
 - a lei geral da acumulação capitalista sofreu mudanças nos anos 2000, justamente para não estimular uma nova questão social.
 - as políticas sociais foram ampliadas dentro da perspectiva da universalidade, promovendo um estado de bem-estar social.
35. A consolidação do projeto ético-político do Serviço Social acontece no contexto dos anos 90, primeiro por causa dos avanços significativos no campo da produção do conhecimento na área do Serviço Social, do fortalecimento da organização política através das entidades representativas, da nova Lei que Regulamenta a Profissão (1993) e do novo Código de Ética (1993). Além disso, podemos considerar a década de 90 como um marco para o processo de consolidação do projeto ético-político, devido
- à reforma educacional em que atinge os cursos de graduação de Serviço Social e possibilita a disseminação da defesa da educação superior pública.
 - ao aumento no número de programas sociais lançados pelo governo federal na década de 90, que provocam uma demanda maior pela contratação de Assistentes Sociais.
 - ao movimento estudantil que promove uma aliança com o governo federal e o conjunto CFESS e CRESS para divulgar o projeto ético-político em todo o Brasil.
 - ao avanço dos movimentos sociais na década de 90, alcançando alto nível de organização e mobilização de diferentes segmentos da sociedade, dentre eles os assistentes sociais.
 - ao crescimento econômico vivenciado nos anos 90 e que permitiu ao/à Assistente Social implementar o projeto ético político.

36. Segundo Netto (2010, p. 7) O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios deste desenvolvimento produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante.

Assim, é **CORRETO** afirmar que

- a) diferentes estágios do desenvolvimento capitalista produzem novas questões sociais.
- b) a questão social é constitutiva do capitalismo e não se suprime aquela se este se conservar.
- c) para suprimir a questão social, é preciso efetivar reformas no interior do capitalismo.
- d) a estratégia, para suprimir a questão social, é o desenvolvimento do Welfare State.
- e) a questão social não está determinada pela relação capital/trabalho – a exploração.

37. Segundo Guerra (2009, p. 702),

[...] no cumprimento das atribuições e competências socioprofissionais, há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços.

Assim, é **CORRETO** afirmar que

- a) a pesquisa não contribui diretamente para o/a Assistente Social construir estratégias de atendimento às demandas dos/as usuários/as.
- b) o caráter investigativo da profissão não inclui avaliar políticas, programas e projetos.
- c) a pesquisa é uma ação do campo da academia e estabelece pouca relação com a atuação profissional do/a Assistente Social.
- d) o caráter investigativo é constitutivo de grande parte das competências/atribuições dos/as Assistentes Sociais.
- e) a dimensão investigativa, mesmo reconhecida como importante, não aparece como princípio do projeto pedagógico da formação profissional.

38. A investigação é parte constitutiva da intervenção do/a Assistente Social e se concretiza no exercício diário de sua função quando são realizadas determinadas atividades profissionais.

- I. Visitas, perícias técnicas e laudos.
- II. Mapeamento geopolítico e diagnóstico social.
- III. Coordenação de pesquisa para subsidiar a formulação de políticas públicas.
- IV. Triagem para seletividade do atendimento ao/a usuário/a.
- V. Visitas domiciliares para o controle dos/as usuários/as.

Está(ão) **CORRETA(S)** a(s) alternativa(s):

- a) IV e V apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III apenas.
- d) III e V apenas.
- e) I e III apenas.

39. No contexto do Movimento de Reconceituação, algumas vertentes de análise foram importantes para o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro.

- I. A vertente modernizadora.
- II. A vertente inspirada na fenomenologia.
- III. A vertente holística.
- IV. A vertente pós-moderna.
- V. A vertente marxista.

Estão **CORRETAS**, apenas:

- a) I, II e V.
- b) I, III e V.
- c) III e IV.
- d) IV, II e V.
- e) II e III.

40. Os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social podem ser explicitados a partir

- a) da resposta imediatista do/a Assistente Social às expressões da questão social.
- b) dos métodos, técnicas e instrumentos utilizados pelo/a Assistente Social.
- c) da técnica utilizada para o atendimento psicossocial às demandas dos usuários.
- d) da utilização de recursos tecnológicos que qualificam a intervenção profissional.
- e) do método de intervenção utilizado para garantir a efetividade dos programas sociais.

